ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Perante acusação pública respondeu no T.J.B. o arguido **A**, vindo a ser condenado pela prática em concurso real de 2 crimes de “furto” p. e p. pelo art. 198º, nº 2, al. e) do C.P.M. e um outro crime de “falsas declarações”, p. e p. pelo art. 19º, nº 1 da Lei nº 6/2004 de 02.08, fixando-lhe o Colectivo a pena de 2 anos e 3 meses de prisão por cada crime de “furto”, e a de 6 meses de prisão pelo crime de “falsas declarações”.

Em cúmulo, foi o arguido condenado na pena única de 3 anos e 3

meses de prisão; (cfr., fls. 199 a 200).

*

Inconformado, o arguido recorreu pedindo apenas a redução da pena única para 3 anos; (cfr., fls. 214 a 217).

*

Oportunamente, apresentou o Exm^o Magistrado do Ministério Público a sua Resposta ao recurso, afirmando o que segue:

“A) Questão prévia

Da extemporaneidade de recurso.

O recorrente fez chegar aos autos a carta de fls. 209, datada de 03/11/2007, manifestando discordância da medida da pena e o desejo de recorrer do acórdão, através de sua Exm^a. defensora oficiosa, a qual esteve presente em audiência de julgamento - acta de fls. 191/192 - e aquando da leitura do acórdão - acta de fls. 201.

Ora, porque lido no dia 26/10/2007, o prazo de interposição de recurso previsto no art. 401^o n.º. 1 de C. P. Penal, terminava no dia

05/11/2007.

Sucedee, porém, que, a Meritíssima Juíza, viria a proferir o douto despacho de fls. 212, de que só agora tivemos conhecimento, em que, além de mais, caracteriza a situação de prisão preventiva do recorrente como se tratando de justo impedimento e determina a notificação da Exm^a, Defensora oficiosa para recorrer.

A propósito do prazo do recurso, ninguém tem dúvidas que é de natureza peremptória - artº 95º n.ºs. 1 e 2 do C. P. Civil, subsidiariamente aplicável por força do disposto no artº 4º do C. P. Penal, pelo que, o decurso do prazo peremptório extingue o direito de praticar o acto - n.º 3 daquele preceito do C. P. Civil - com uma única excepção: desde que o interessado o requeira, sejam ouvidas os outros sujeitos processuais, (no caso, o MºPº), invoque e prove justo impedimento - artº 97º n.º 2 do C. P. Penal.

Ora, "In casu", o interessado não apresentou requerimento para praticar o acto fora de prazo, não fomos ouvidos acerca disso. não adiantou, e muito menos provou, para tanto, qualquer justo impedimento.

Consigne-se que o facto de se encontrar preventivamente preso - há dezenas de presos preventivos - com todo o respeito pelo entendimento vertido no douto despacho de fls. 212, está, do nosso ponto

de vista, fora do conceito jurídico de "justo impedimento".

Depois, faz sentido que se diga ser processualmente incorrecta a junção aos autos de "correspondência" de arguidos manifestando intenção de recorrer.

Outrossim, correcto é que o manifestem aos seus advogados constituídos ou defensores oficiosos aos quais, como técnicos de direito, compete avaliar da viabilidade da interposição do recurso, o qual não lhes pode ser imposto pelos arguidos e muito menos pelo Tribunal.

Por outro lado, o aludido despacho de fls. 212, datado de 07/11//2007, não tem fundamento legal, por ter sido proferido após trânsito em julgado do acórdão (05/11/2007) e não ter havido despacho prévio a suspender ou interromper o prazo legal de interposição.

Depois, na linha do douto acórdão do TUI, de 28/07/2004, proferido no CR1-03-063-PCC, "em processo penal, tendo o arguido um defensor oficioso nomeado, o juiz não tem poderes para prorrogar o prazo para apresentação da motivação de recurso da sentença, se, no decurso deste prazo, o arguido se dirige ao tribunal manifestando intenção de interpor recurso daquela decisão e não se verifica qualquer situação que consubstancie justo impedimento".

É que, como se acrescenta, "vigora no nosso sistema jurídico, o

princípio da legalidade das formas processuais, segundo o qual - explica MANUEL ANDRADE - os termos de processos são fixados na lei e não deixados ao pendente critério do juízo. Quer dizer, o juiz não pode, a seu bel-prazer, alterar o formalismo processual, designadamente, encurtar ou alargar prazos peremptórios".

Nesta conformidade, por extemporâneo, não deve o recurso ser conhecido.

B) Do recurso.

O recorrente, concordando com o mais, discorda apenas da medida concreta da pena unitária de 3 anos e 3 meses de prisão que lhe foi aplicada, isto porque tinha (e tem) por mais equilibrada e justa uma pena de 3 anos de prisão, ou seja, menos 3 meses.

Propende-se, Ilustres Juizes, no sentido de que não lhe assiste razão.

Com efeito, conforme vem sendo jurisprudência uniforme desse Alto Tribunal, (por todos, AC. N.º. 362/2007, de 26/07/2007), as balizas da determinação da medida da pena são as previstas no artº 65º nº 1 do C. Penal.

E essas, fixar-se-ão "dentro dos limites definidos na lei" (moldura abstracta de cada crime), em função da "culpa" do agente e das

"exigências de prevenção criminal".

Ora, pelas razões expendidas no Capítulo (medida concreta) do douto acórdão, nomeadamente a influência negativa que a conduta do recorrente causou à paz social e o alto grau de dolo, temos por consentâneas com as leis, equilibradas e justas as penas parcelares e unitária aplicadas com observância escrupulosa dos critérios legais.

Por conseguinte, não nos merece qualquer censura ou reparo decidido.”; (cfr., fls. 219 a 224).

*

Remetidos os autos a este T.S.I., juntou a Ilustre Procuadora-Adjunta o seguinte douto Parecer:

“- Sobre a questão prévia

Subscrevemos as judiciosas considerações do Magistrado do Ministério Público explanadas na sua resposta à motivação do recurso, pugnando pela extemporaneidade da interposição do presente recurso, que deve obstar ao seu conhecimento.

Nada temos, de relevante, para acrescentar.

E na hipótese de assim não ser entendido, passamos a emitir nosso

parecer sobre a questão de fundo.

A questão suscitada pelo recorrente A prende-se tão só com a medida concreta da pena que lhe foi aplicada.

Alega o recorrente que o Tribunal a quo não tomou em consideração a sua situação de primariedade, a confissão parcial nem as necessidades de prevenção especial no sentido de reintegração do agente na sociedade, pretendendo que a pena única concreta que lhe foi aplicada, de 3 anos e 3 meses de prisão efectiva seja alterada para a pena de 3 anos de prisão.

Salvo o devido respeito, não nos parece que lhe assiste razão.

Como se sabe, na determinação da pena concreta, há que ter em conta o disposto nos artºs 40º e 65º do CPM, segundo os quais a pena concreta não pode ultrapassar a medida da culpa e a determinação da medida da pena é feita dentro dos limites definidos na lei e em função da culpa do agente e das exigências de prevenção criminal, devendo o tribunal atender a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo do crime, depuserem a favor do agente ou contra ele.

E a aplicação de penas visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade.

No caso vertente, o recorrente foi condenado pela prática de dois

crimes de furto qualificado p.p. pelo artº 198º nº 2, al. e) do CPM e um crime de falsas declarações p.p. pelo artº 19º nº 1 da Lei nº 6/2004, puníveis com pena de prisão de 2 a 10 anos e de 1 mês a 3 anos, respectivamente.

Decidiu o Tribunal a quo aplicar a pena de 2 anos e 3 meses de prisão para cada crime de furto qualificado e 6 meses para o crime de falsas declarações.

Repara-se que as penas aplicadas ficam muito próximas dos limites mínimos previstos para cada crime, nomeadamente no caso de furto qualificado.

Invoca o recorrente o facto de ser primário, a confissão parcial e a sua reintegração na sociedade.

Admite-se que o primeiro elemento pode militar a favor da recorrente, na medida em que revela o seu comportamento anterior à prática dos crimes.

No entanto, não se encontram nos autos outros elementos com valor atenuante que militem a favor do recorrente.

Verifica-se apenas uma confissão parcial, tal como o próprio recorrente reconhece, o que nem é acto demonstrativo do arrependimento.

Quanto à alegada reintegração social do agente, o recorrente chama à colação as desvantagens trazidas pela execução da pena de prisão.

Neste aspecto, não se pode olvidar que o que pretende o recorrente neste recurso é a redução da pena e não também a suspensão da execução da pena, sendo certo que a diferença de 3 meses de prisão não pode assumir grande significado quanto à sua reinserção social.

Seja como for, há sempre casos em que se justifica a aplicação efectiva de prisão, em virtude de razões imperiosas de prevenção, nomeadamente de prevenção geral.

Não se pode ignorar que, para além da reintegração do agente na sociedade, a aplicação de penas visa também a protecção dos bens jurídicos.

Constata-se que o Tribunal a quo não deixou de ponderar as necessidades de prevenção geral, tomando em conta as consequências negativas causadas pela conduta do recorrente para os bens dos ofendidos e a tranquilidade da sociedade.

E não se deve ignorar o dolo intenso do recorrente, tal como foi demonstrado pelo tribunal a quo.

Face aos elementos apurados nos autos, afigura-se-nos justa e

equilibrada as penas parcelares aplicadas pelo Tribunal a quo, com cumprimento do disposto nos artºs 40º e 65º do CPM.

De igual modo não se mostra violado o disposto no artº 71º do CPM na fixação da pena única resultante do cúmulo jurídico.

Acrescenta que é de entendimento uniforme que, na determinação da medida da pena, não obstante ser dominante a "Teoria da margem da liberdade", esta liberdade conferida ao julgador não é arbitrária, é antes uma actividade judicial juridicamente vinculada, uma verdadeira aplicação de direito.

E nada impede que o tribunal de recurso possa apreciar a respectiva questão colocada à sua decisão, alterando a medida de pena concretamente aplicada pelo tribunal de 1ª instância.

No entanto, no caso sub judice não se nos afigura que, face à matéria de facto provada e tendo em atenção a moldura penal aplicável bem como os critérios definidos na lei para efeito de determinação da medida da pena, chamando-se ainda atenção para as exigências da prevenção criminal, sobretudo de prevenção geral, merecem censura as penas, tanto parcelares como única, fixadas pelo Tribunal a quo, pelo que se deve mantê-las.

Pelo exposto, entendemos que se deve rejeitar o presente recurso

por ser manifestamente improcedente.”; (cfr., fls. 261 a 262-v).

*

Cumprido decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Vem dados como provados os factos seguintes:

“1)

*Em 21 de Março de 2007, às 2h00 da madrugada, tendo perdido todo o dinheiro que levaram consigo no casino de Macau, o arguido **A** e um amigo de nome **B**, concertaram-se em arranjar alvos na rua para fazer furtos nos veículos. (fls. 2 e 59v).*

*Depois, o arguido e **B** seguiram pela praça de Portas de Cercos, em direcção à venida do Comendador Ho Yin. Ao chegarem perto do Jardim do Canal dos Patos, verificaram que a porta do camião ligeiro n.º MJ-XX-XX que se encontrava aí estacionado pelo 1.º ofendido **C**, não*

*foi trancada Assim, **B** entrou no caminhão para fazer busca, subtraindo as seguintes coisas: (vide fls. 2, 3v, 52 e 59v dos autos):*

- uma chave inglesa com comprimento de cerca de 24 cm, no valor de MOP\$20,00. (vide fls. 72 dos autos);*
- uma chave de fenda de cor vermelha com comprimento de 18,5 cm no valor de MOP\$10,00.*

*As coisas acima mencionadas pertencem ao 1.º ofendido **C** (vide fls. 3v e 52 dos autos).*

2)

*Depois, o arguido e **B** utilizaram as referidas chaves, partiram a janela esquerda dos outros veículos ligeiros estacionados ali perto, subtraindo do dentro as seguintes coisas (vide fls. 2 e verso, 59v dos autos):*

- 5. Subtraíram do veículo ligeiro n.º MD-XX-XX (cujo dono é 2.º ofendido **D**) (vide fls. 3 e 55 dos autos):*
 - 4 caixas de cigarros da marca MARLBORO, perfazendo o valor de MOP\$40,00.*
 - uma pilha eléctrica de cor prata, no valor de MOP\$40,00 (vide fls. 72v dos autos).*
 - uma chave do caminhão n.º MM-XX-XX no valor de MOP15,00.*

*As ditas coisas pertencem ao 2.º ofendido **D** (vide fls. 3 e 55 dos autos).*

*6. Subtraindo do veículo ligeiro n.º MJ-XX-XX (cujo dono é o 3.º ofendido **E**) (vide fls. 3 e 54 dos autos);*

- uma mala de cor preta, da marca CONVERSE, no valor de MOP\$20,00 (Vide fl. 72v dos autos)

- um telemóvel da cor de rosa, da marca DeSeng, com número de XXX, bem como as peças acessórias incluindo duas baterias, um carregador de multimédia, um fio de USB, um fio de fone auricular do telemóvel, um disco compacto e um manual, perfazendo o valor de MOP\$980,00.

*- um passaporte da RAEM cujo titular é o 3.º ofendido **E**;*

- um livrete do registo do veículo n.º MJ-XX-XX.

- 60 patacas em dinheiro.

*As coisas referidas pertencem ao 3.º ofendido **E** (vide fls. 3 e 54 dos autos).*

*7. subtraindo do veículo n.º MF-XX-XX (pertencente à agência de turismo **F**) (vide fls. 3v e 53 dos autos).*

- 4 relógios da marca Macau, no valor de MOP240,00.

As coisas acima referidas pertencem ao detentor do veículo n.º

MF-XX-XX (o 4.º ofendido) (vide fls. 3v e 53 dos autos).

*8. subtraindo do veículo ligeiro n.º MI-XX-XX (cujo dono é 5.º ofendido **G**):*

- uma pilha eléctrica de cor preta no valor de MOP\$20,00.

- uma máquina de dvd portátil, no valor de MOP\$1.000,00.

*As coisas acima mencionadas pertencem ao 5.º ofendido **G** (vide fls.3v e 51 dos autos).*

3)

*Na altura, **B** carregou a mala preta do 3.º ofendido com as seguintes coisas, entregando-as ao cuidado do arguido (vide fls. 2v e 59v):*

- um telemóvel da cor de rosa, da marca DeSeng, com número de XXX, bem como as peças acessórias incluindo duas baterias, um carregador de multimédia, um fio de USB, um fio de fone auricular do telemóvel, um disco compacto e um manual (carregados numa caixa de telemóvel digital, com letras impressas GSM).

- os relógios da marca de Macau

- uma pilha eléctrica preta

- uma pilha eléctrica prata,

- quatro caixas de cigarros da marca MARLBORO.

*A seguir, **B** botou o DVD portátil na mala por si levada e deitando as referidas chaves abaixo do veículo ligeiro n.º MD-XX-XX, deixou o local com arguido à pressa. Logo ao encontro com os agentes do CPSP que passavam por ali, os dois se puseram em fuga. Os guardas imediatamente foram prosseguir-lo (vide fls. 1v, 2v e 59v dos autos).*

*Ao aproximar-se do Vai Yin Garden, da Avenida de General Castelo, **B** desapareceu, deixando o arguido a ser apanhado pelos polícias. Os guardas encontraram, na mala preta da marca CONVERSE, telemóvel, relógios, pilha eléctrica e cigarros e as coisas acima referidas.*

A seguir, os guardas encontraram, abaixo do veículo ligeiro n.º MD-XX-XX, as ditas chaves (vide fl. 2v dos autos).

4)

*No mesmo dia (aos 21 de Março de 2007), o arguido, na esquadra policial, identificou-se como **A**, nascido em 11 de Abril de 1971, na província de Hei Longjiang, filho de **H** e de **I** (vide fl.16 dos autos).*

*Averigua-se que o arguido, em 11 de Julho de 2006, prestou as seguintes identificações falsas: filho de **J** e de **L** (vide fls. 40 e 60 dos autos).*

*

O arguido, em concertação com os outros, no conjunto de esforços

e em divisão de trabalho, introduziu ilegitimamente no veículo alheio, subtraindo as coisas que não lhe pertenciam, por partir o vidro dos outros veículos, com intenção de violar o direito de propriedade alheio.

O arguido prestou ao polícia as identificações não autênticas, para a autoridade não conhecer a sua presença em Macau quando este virá próxima vez, de forma que fosse eximindo da acusação criminal.

O arguido agiu voluntária, livre e conscientemente, sabendo bem que a sua conduta era proibida e punida pela lei de Macau.

*

Mais se provou:

Foram restituídas as coisas perdidas aos ofendidos.

O 1.º ofendido C e o 2.º ofendido D, na audiência de julgamento, declaração renunciar o direito de responsabilizar criminalmente o arguido bem como qualquer indemnização pecuniária.

O 3.º ofendido E, na audiência e julgamento alegou que tinha o direito à indemnização pelos danos emergentes da reparação do vidro e do novo requerimento do documento, no montante de MOP\$1.560,00.

O 4.º ofendido M, na audiência e julgamento, alegou que tinha o direito à indemnização pelos danos emergentes da reparação do vidro, no montante de MOP\$500,00.

O 5.º ofendido G, na audiência e julgamento, alegou ter direito à indemnização pelos danos emergentes na perda da coisas e reparação do vidro, no montante de MOP\$2.000,00.

De acordo com o CRC, o arguido é primário.

O arguido declarou ter praticado actividade de negócios de selos em Zhuhai, mediante o salário mensal de RMB4.000,00 a 10.000,00. O arguido com sua ex-mulher têm uma filha de 9 anos de idade. Após o divórcio, a filha passou a viver com ex-mulher. O arguido proporcionou aos pais e à ex-mulher RMB700 a 1.000,00 como alimentos e gastos da escola. O arguido terminou o curso do 1.º ciclo do ensino secundário.”; (cfr., fls. 247 a 252).

Do direito

3. Constatando-se que vinha suscitada a questão prévia da extemporaneidade do recurso pelo arguido interposto, por despacho do ora relator foi sugerida a inscrição dos presentes autos em tabela para, em conferência, se apreciar e decidir da referida questão prévia.

Nesta conformidade, passa-se a decidir.

Ponderando-se no que pelo Exm^o Magistrado do Ministério Público foi considerado na sua Resposta ao presente recurso (e onde se suscitou a questão ora em apreciação), somos de concluir que ao mesmo não assiste razão, sendo pois de se considerar o presente recurso tempestivo, pois que, sobre a mesma questão já se pronunciou este T.S.I. nos Acs. de 07.06.2007, 12.07.2007 e 18.10.2007, tirados nos Procs. n^o 208/2007, 363/2007 e 408/2007, respectivamente, e cujo teor aqui se dá como reproduzido para todos os legais efeitos.

— Constatada a tempestividade do recurso, e ponderando agora no peticionado pelo recorrente, cremos que nenhuma razão lhe assiste, pelo que, sendo caso de rejeição do recurso por “manifesta improcedência”, de imediato se passa a expor o porque deste nosso entendimento.

Como se deixou relatado, pede o recorrente a redução da pena única que lhe foi fixada em 3 anos e 3 meses de prisão, considerando que adequada seria a de 3 anos de prisão.

Ora, perante a questão assim colocada, mostra-se-nos óbvio não ser

de acolher tal pretensão.

Desde já, há que ter em conta que tendo o Tribunal a quo observado escrupulosamente o estatuído no art. 71º do C.P.M. no que toca ao cúmulo jurídico das penas parcelares que ao recorrente foram aplicadas, motivos não havendo para qualquer censura, (especialmente quando o pedido em causa é de redução de 3 meses numa pena de 3 anos e 3 meses).

De facto, não discorda o recorrente – nem nos parece que podia discordar – das penas parcelares de 2 anos e 3 meses que lhe foram impostas pelos 2 crimes de “furto (qualificado)” que cometeu, punidos com a pena abstracta de 2 a 10 anos de prisão, o mesmo sucedendo com a que lhe foi fixada pelo crime de “falsas declarações”, em 6 meses de prisão, achada no âmbito de uma pena de prisão até 3 anos.

Na verdade, como sem esforço se alcança, são tais penas bem próximas dos seus respectivos limites mínimos, motivos inexistindo para se considerar inflacionadas, já que, como se constata da factualidade provada, não se vislumbram circunstâncias atenuantes para qualquer

diminuição.

Assim, e tendo a pena aplicável ao concurso de crimes como limites mínimo e máximo o de 2 anos e 3 meses e 5 anos de prisão respectivamente, (cfr., art. 71º, nº 2 do C.P.M.), como dizer-se que inadequada é a pena única de 3 anos e 3 meses pelo Colectivo a quo encontrada?

Ora, é sabido que nos termos do art. 71º, nº 1 do citado C.P.M., *“Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles, é condenado numa única pena, sendo na determinação da pena considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente.”*

E face à factualidade dada como provada e atrás transcrita, é de se considerar, (especialmente, em consequência da “personalidade” pelo ora recorrente revelada com a sua conduta), que se fez judiciousa aplicação do comando legal do art. 71º, nº 1, sendo pois de se rejeitar o presente recurso.

Decisão

3. Nos termos expostos, em conferência, acordam julgar improcedente a questão prévia suscitada, rejeitando-se o recurso por manifesta improcedência; (cfr., art. 409º, nº 2, al. a) e 410º, nº 1 do C.P.P.M.).

Custas pelo recorrente com taxa de justiça que se fixa em 4 UCs, e, pela rejeição, o equivalente a 3 UCs; (art. 410º, nº 4 do C.P.P.M.).

Ao Ilustre Defensor Oficioso, fixa-se, a título de honorários, o montante de MOP\$700,00.

Macau, aos 17 de Janeiro de 2008

José M. Dias Azedo

(Vencido quanto à “questão prévia”, (tempestividade do recurso), pois que se me mostra de acompanhar a posição dos Ex.^{mos} Magistrados do M.º P.º e que é a que tenho vindo a assumir)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong